



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
TERMINAIS DE LÍQUIDOS

Clipping Diário

TERÇA-FEIRA 13.01.26



Setor apostava na aprovação do Marco Legal das Concessões e PPPs neste ano

PLATAFORMA: AGÊNCIA INFRA | CADERNO: ONLINE | 13.01.26

O mercado de infraestrutura inicia 2026, ano eleitoral, com uma das principais apostas da agenda legislativa pendente de avanço no Congresso. O novo marco legal das concessões e PPPs (Projeto de Lei 2.373/2025), aprovado na Câmara em maio do ano passado, ainda aguarda despacho do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para tramitar na Casa. Mas a expectativa dos envolvidos é positiva.

A avaliação é de que o projeto não tem uma marca partidária ou ideológica que torne a votação mais difícil num ano em que, além do calendário mais curto, o Legislativo fica imerso em disputas e costuras políticas visando o pleito previsto para outubro. No ano passado, a aprovação da proposta pelo plenário da Câmara ocorreu de forma simbólica, sob relatoria do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). O texto era listado como uma das prioridades do governo Lula no legislativo.

Senador da oposição e vice-presidente do Senado, Eduardo Gomes (PL-TO) avaliou à Agência iNFRA que a matéria deve entrar em discussão na casa, mesmo sendo ano eleitoral. Gomes vê Alcolumbre interessado no tema e, por isso, disse ter a impressão de que nos primeiros dias após a volta do recesso o projeto pode ser despacho pelo presidente do Senado para começar a tramitar.

“Estamos a postos para, apesar do calendário apertado por conta da eleição, debater assuntos que têm repercussão forte na agenda econômica do país”, disse Gomes. “É uma proposta descontaminada [da política] e é uma agenda que, independente de quem venha a disputar e ganhar a eleição, vai ter que lidar. Vamos lutar para colocar como prioridade”, completou o senador.

Embora o ano passado seja o principal cotado para relatar a matéria, Gomes prefere não comentar a eventual atribuição, já que a decisão é de Alcolumbre. O relator da matéria na Câmara disse estar otimista com a conclusão da proposta neste ano. “Tem plenas condições. Não há por que não avançar, vou trabalhar insistentemente para isso”, afirmou Jardim à reportagem.

A avaliação de pessoas envolvidas na discussão é de que o tema parou no Senado no ano passado como resultado do clima político – ditado pelo PL da Dosimetria (PL 2.162/2023) e a PEC da Blindagem (PEC 3/2021) – e da prioridade dada a outras matérias que largaram na frente. Embora o PL constasse da lista de prioridades da equipe econômica, o Ministério da Fazenda tinha outras urgências, como as reformas tributária e do imposto de renda e as medidas para elevar a arrecadação, que tiveram relativo sucesso.

O cenário atual não dá garantia de que, em pleno ano eleitoral, matérias menos polêmicas de microrreformas econômicas vão avançar livremente. Por outro lado, pesa a favor o fator de que projetos consensuais tendem a ganhar um fôlego inclusive em situações em que o Congresso sinaliza com pautas pró-setor privado para balancear sua imagem ao dar, ao mesmo tempo, andamento a projetos que preocupam o mercado do ponto de vista fiscal ou político – o que não é raro em ano de eleição.

Matéria completa em: <https://agenciainfra.com/blog/setor-aposta-na-aprovacao-do-marco-legal-das-concessoes-e-ppps-neste-ano/>.

Tecon 10: Outorga mínima será de R\$ 500 milhões, define ministério

PLATAFORMA: AGÊNCIA INFRA | CADERNO: ONLINE | 13.01.26

O governo definiu em R\$ 500 milhões o valor de outorga mínima para a disputa do Tecon Santos 10, megaterminal de contêineres que o MPor (Ministério de Portos e Aeroportos) planeja ofertar ao mercado na segunda quinzena de março. O montante foi divulgado em nota pela pasta nesta segunda-feira (12), quando o MPor disse ter assinado o despacho decisório que aprova a modelagem final do projeto e o encaminha para a ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), que é responsável pela aprovação e publicação do edital.

“Para garantir a segurança jurídica e a viabilidade competitiva do certame, o MPor acolheu integralmente as recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União. Isso inclui as diretrizes para evitar concentração de mercado na primeira fase da disputa e o estabelecimento de um valor de outorga mínima de R\$ 500 milhões”, afirmou o MPor.

Ainda de acordo com a pasta, o próximo passo é a apresentação do projeto a investidores nacionais e estrangeiros. O MPor solicitou à ANTAQ a realização “imediata” de um roadshow, que deverá ter suas datas divulgadas ainda nesta semana.

Além da apresentação a investidores e o roadshow, a agência reguladora tem prazo para trâmites internos relativos à aprovação do edital. Sendo a proposta aprovada mais ao final do mês e o leilão ocorrendo na segunda quinzena de março, o tempo entre a publicação do edital e o certame será inferior aos 100 dias usuais para esse tipo de projeto.

Novo porto em Vitória terá capacidade para movimentar 100 milhões de barris de petróleo por ano

PLATAFORMA: FOLHA DE VITÓRIA | CADERNO: ONLINE | 13.01.26

O projeto prevê investimento estimado em R\$ 340 milhões e tem início de operação planejado para 2028

O novo terminal portuário projetado para Vitória terá capacidade para movimentar cerca de 100 milhões de barris de petróleo por ano, reforçando a infraestrutura logística do Espírito Santo voltada à exportação da commodity. Batizado de Terminal de Granéis Líquidos (TGL) de Praia Mole, o projeto prevê investimento estimado em R\$ 340 milhões e tem início de operação planejado para 2028, consolidando-se como uma das principais apostas do estado no segmento de óleo e gás.

Terminal amplia capacidade de exportação de petróleo do Espírito Santo

Com capacidade para movimentar aproximadamente 14 milhões de toneladas de petróleo por ano (o equivalente a aproximadamente 100 milhões de barris), o projeto é operado pela Blue Terminals e integra a área sob concessão da Vports, com as duas companhias tendo firmado um contrato de 25 anos para viabilizar a implantação do terminal em Praia Mole. O acordo garante o direito de exploração da área e sustenta o planejamento de longo prazo do empreendimento.

Além do impacto logístico, o terminal deve gerar até R\$ 80 milhões por ano em royalties, recursos que serão distribuídos entre Vitória, Serra e Vila Velha, ampliando a arrecadação municipal associada à cadeia de óleo e gás.

Bruno Fardin, diretor executivo da Blue Terminals, aponta que, embora seja hoje o segundo maior produtor do país, o Espírito Santo ainda exporta uma parcela limitada do que produz. Para ele, o projeto surge como uma estrutura logística capaz de ampliar esse potencial.

“O projeto simboliza desenvolvimento, modernização e oportunidades, alinhando crescimento econômico e responsabilidade socioambiental para consolidar o estado como referência logística no país”, afirma.

Já o diretor-presidente da Vports, Gustavo Serrão, destaca que o novo terminal reforça a estratégia de longo prazo do porto capixaba. “Neste ano, a Vports firmou parcerias estratégicas em segmentos diversos, sendo os dois últimos contratos com prazo superior a 15 anos, o que traz relevantes investimentos para o estado. Além de cargas como contêineres, carros e granéis sólidos, com a integração da ferrovia, este novo contrato traz uma nova linha de serviços para a sociedade, com capacidade dedicada à exportação de petróleo, reforçando a nossa vocação multipropósito”, afirma.

O terminal está com a engenharia em fase avançada de desenvolvimento e, agora, avança para o licenciamento ambiental. Entre os diferenciais previstos estão navios com casco duplo, sistemas automatizados de contenção, centro de controle operacional e monitoramento contínuo.

Indústria química brasileira celebra acordo UE-Mercosul como oportunidade de exportação

PLATAFORMA: I.C.I.S | CADERNO: ONLINE | 13.01.26

SÃO PAULO (ICIS) – A indústria química brasileira comemorou a aprovação do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, afirmando que ele criará oportunidades para expandir as exportações e se reposicionar em cadeias de suprimentos globais de maior valor agregado, apesar do crescente déficit comercial com o bloco, segundo a Abiquim, associação que representa os produtores de produtos químicos.

“O acordo representa uma oportunidade concreta para reposicionar a indústria química brasileira em cadeias globais de maior valor agregado”, afirmou André Passo, CEO da associação comercial.

“Isso amplia o acesso ao mercado, incentiva o intercâmbio tecnológico e cria um ambiente mais previsível e moderno para investimentos, especialmente em áreas como bioeconomia, química baseada em energias renováveis e energia limpa.”

A Fiesp, associação industrial do estado de São Paulo e uma das mais fortes do Brasil, afirmou que receberia o acordo comercial “com entusiasmo”, embora tenha feito algumas ressalvas em relação ao texto, que “não é perfeito, mas foi o melhor acordo possível” para conciliar os interesses de 31 países, em um cenário de “transformação” do comércio internacional.

O Mercosul é composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A União Europeia (UE) é composta por 27 países. O acordo comercial visa criar um mercado comum para mais de 700 milhões de consumidores e foi aprovado pela UE em 9 de janeiro, após mais de duas décadas de negociações. No entanto, ainda aguarda aprovação do Parlamento Europeu.

O acordo provocou protestos generalizados do setor agrícola na UE, um dos mais subsidiados globalmente e que agora terá de enfrentar a concorrência de grandes produtores como o Brasil e a Argentina.

Até o momento, os 31 países que fazem parte do acordo realizarão uma cerimônia de assinatura em Assunção, Paraguai, no dia 17 de janeiro.

PRODUTOS QUÍMICOS, APOIO DA INDÚSTRIA

O firme apoio da Abiquim ao acordo comercial surge num momento em que alguns setores da indústria química brasileira, particularmente o petroquímico, enfrentam pressão da superoferta chinesa nos mercados globais, o que tem afetado os preços internacionais e os resultados financeiros.

A balança comercial do Brasil com a União Europeia no setor químico encerrou 2025 com um déficit de US\$ 13,5 bilhões, ante US\$ 12,7 bilhões em 2024, segundo dados citados pela Abiquim.

As exportações brasileiras de produtos químicos para países da UE atingiram US\$ 2,2 bilhões em 2025, um aumento em relação aos US\$ 2 bilhões do ano anterior, enquanto as importações totalizaram US\$ 15,7 bilhões, comparadas a US\$ 14,7 bilhões em 2024.

Os produtos farmacêuticos representam a maior categoria na agenda comercial do setor químico, com as importações brasileiras atingindo US\$ 8,7 bilhões no ano passado.

No lado das exportações, os produtos químicos orgânicos, incluindo solventes, gases e contaminantes, lideraram a lista com US\$ 542,7 milhões.

Abiquim afirmou que a oferta do Mercosul abrange a liberalização de aproximadamente 91% dos bens e 85% do valor das importações brasileiras da UE, enquanto a oferta europeia engloba cerca de 95% dos bens e 92% do valor das importações do Brasil.

O acordo inclui capítulos sobre sustentabilidade, compras governamentais, propriedade intelectual e novas tecnologias.

Passos Cordeiro afirmou que o tratado elevará os padrões regulatórios e de governança ao incorporar princípios de sustentabilidade, propriedade intelectual e comércio justo, aproximando a indústria brasileira das exigências do mercado europeu, essenciais para a competitividade a longo prazo.

Entretanto, a Fiesp afirmou que o acordo mudará substancialmente a forma como o Mercosul e as empresas da UE fazem negócios, importam, exportam e investem entre si.

“Para a Fiesp, o verdadeiro trabalho começa agora. Caberá a todos nós inovar, melhorar a produtividade e buscar incansavelmente a excelência desde o chão de fábrica até os bastidores, onde já competimos com rivais europeus”, afirmou Paulo Skaf, presidente da Fiesp.

“E trabalharemos para garantir a igualdade competitiva que permita aos empresários nacionais prosperar e aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas pelo acordo.”

Fiest lembrou que, “apesar do clima inicial de celebração”, muitos obstáculos ainda podem surgir nos processos de ratificação nas próximas semanas, principalmente em um Parlamento Europeu dividido, bem como no Congresso brasileiro, entre outros.

Em comunicado divulgado pelo ministro das Relações Exteriores da Argentina, Pablo Quirno, foi anunciado oficialmente que o acordo será assinado em 17 de janeiro em Assunção, capital do Paraguai, país que detém a presidência rotativa anual do Mercosul em 2026.

“Após mais de 30 anos de negociações, assinaremos no dia 17 de janeiro, no Paraguai, um acordo histórico e o mais ambicioso entre os dois blocos”, disse Quirno em comunicado.

AS LETRAS MIÚDAS

O tratado estabelece a eliminação gradual das tarifas sobre a maioria dos bens e serviços. O bloco Mercosul eliminará as tarifas sobre 91% dos produtos da UE ao longo de 15 anos, enquanto a UE eliminará as tarifas sobre 95% dos produtos do Mercosul ao longo de 12 anos.

Diversos produtos industriais, incluindo máquinas, automóveis, produtos químicos e aeronaves, se beneficiarão imediatamente da isenção total de tarifas.

Produtos agrícolas sensíveis, incluindo carne bovina, aves, arroz, mel, açúcar e etanol, estarão sujeitos a cotas de importação que se expandirão ao longo do tempo com tarifas reduzidas, em vez de acesso irrestrito.

As quotas da UE representam 3% das mercadorias ou 5% do valor das importações do Brasil, enquanto as quotas brasileiras chegam a 9% das mercadorias ou 8% do valor.

O acordo inclui compromissos ambientais vinculativos que exigem que os produtos beneficiados não estejam ligados ao desmatamento ilegal, com disposições que permitem a suspensão do acordo em caso de violações do Acordo de Paris.

A UE manterá normas sanitárias e fitossanitárias rigorosas para os produtos importados.

O tratado também abrange o comércio de serviços e o investimento, reduz a discriminação regulatória contra investidores estrangeiros e abre as compras governamentais à licitação competitiva por empresas do Mercosul.

A proteção de aproximadamente 350 indicações geográficas europeias está incluída, juntamente com regras claras sobre marcas registradas, patentes e direitos autorais.

Um capítulo específico aborda as pequenas e médias empresas com medidas de facilitação aduaneira e melhor acesso à informação para reduzir custos e burocracia para os pequenos exportadores.

Facilitado por mudanças no licenciamento, asfaltamento da BR-319 na Amazônia eleva risco de doenças, alertam cientistas

PLATAFORMA: AGÊNCIA INFRA | CADERNO: ONLINE | 13.01.26

Estudo aponta que obra interfere em terras conhecidas pelos reservatórios microbiológicos com linhagens isoladas e potencial patogênico, como o caso de vírus e bactérias

BR-319 liga Manaus a Porto Velho — Foto: Custodio Coimbra/Agência O Globo/25/05/2025

A pavimentação da rodovia BR-319, que liga o coração da Amazônia ao arco do desmatamento, amplia o risco de transmissão de doenças, segundo nota técnica publicada nesta semana, assinada por 13 entidades científicas. Os pesquisadores destacam que os impactos das obras da via e da exploração de potássio em Autazes, no Amazonas, interfere em terras próximas aos rios Purus e Madeira conhecidas pelos reservatórios microbiológicos com linhagens isoladas e potencial patogênico, como o caso de vírus e bactérias. Por conta deste cenário, o documento recomenda não só a não pavimentação da estrada, mas também a suspensão imediata das atividades de manutenção realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

- Entenda: Paisagens de Grande Sertão Veredas, da obra de Guimarães Rosa, estão ameaçadas pela expansão de soja, cupim e gado
- De questões internas ao dilema fóssil: Presidência brasileira da COP ainda tem desafios pela frente até passar o bastão

Uma brecha para facilitar o licenciamento da via e culminar na liberação do asfaltamento em até 90 dias foi inserida na Licença Ambiental Especial (LAE) pelo Senado em dezembro. O texto foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na véspera do Natal. A obra é apoiada pelo petista e está no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao mesmo tempo em que é criticada por ambientalistas, que temem o crescimento do desmatamento em uma das áreas mais preservadas da floresta.

“A perturbação desses sistemas pode desencadear sérios desdobramentos ecológicos e epidemiológicos, uma vez que tais reservatórios permanecerem confinados por longos períodos de tempo devido à integridade ambiental da região”, diz o documento.

A nota técnica foi elaborada pelo Centro de Pesquisa em Biodiversidade e Mudanças do Clima (CBioClima) e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Qualidade de Governo e Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (INCT QualiGov).

— Os dados mostram que tanto a BR-319 quanto a mineração de potássio incidem sobre reservatórios microbianos altamente especializados, com genes associados à virulência e à resistência antimicrobiana. A manutenção das licenças ambientais nesses termos representa um risco concreto à saúde pública. Diante disso, é imprescindível que o Ministério Público Federal atue para revisar imediatamente os processos de licenciamento e prevenir a mobilização desses patógenos — afirma o biólogo Lucas Ferrante, que coordenou o estudo.

O documento também critica a “desregularização ambiental” promovida pela aprovação da flexibilização do licenciamento, aprovada pelo Congresso no ano passado, e a tese do marco temporal, foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro, tendo a constitucionalidade reforçada pela segunda vez.

Para os pesquisadores, a lei que flexibilizou o licenciamento ambiental “deve ser revogada” por violar o artigo da Constituição que “assegura a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado como condição essencial à saúde e à vida”.

O estudo aponta que o mesmo se aplica ao marco temporal, uma vez que a “não demarcação de terras indígenas e a abertura destes territórios à exploração industrial não ameaçam apenas os povos indígenas que neles habitam, mas ampliam riscos sistêmicos à saúde pública global”. Isso se dá por “expor reservatórios microbianos que permaneceram intactos justamente em função da ausência histórica de degradação ambiental”.

— A evidência científica é clara ao indicar que esses empreendimentos ampliam riscos biológicos que o Estado brasileiro hoje não tem capacidade institucional de monitorar ou conter. Manter as licenças ambientais sem revisão técnica rigorosa significa assumir um risco sistêmico à saúde pública. Por isso, recomendamos uma atuação imediata do Ministério Público Federal para suspender ambos os projetos — afirma Ferrante.

Conflito por asfaltamento

Com pouco mais de 850 quilômetros de extensão, a via construída na ditadura militar conecta Manaus, no coração da Floresta Amazônica, a Porto Velho, no arco do desmatamento. A estrada compreende 13 municípios, 42 Unidades de Conservação e 69 Terras Indígenas. Em setembro, Lula afirmou que a obra seria autorizada em acordo com ambientalistas. Quatro meses antes, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi alvo de ataques em uma sessão no Senado sob acusação de frear o desenvolvimento do Brasil no que tange o licenciamento ambiental.

Divulgado em novembro, um relatório da rede de organizações Observatório BR-319 mostra que ao menos 2.240 quilômetros de estradas ilegais que cruzam a rodovia avançaram sobre unidades de conservações federais. Outros 1.297 quilômetros de vias também clandestinas atravessam territórios indígenas. Os dados, consolidados em agosto deste ano, apontam que esses novos caminhos estão associados ao desmatamento, grilagem de terras e a processos de mineração. As vias funcionam como corredores para o interior da floresta, o que colocaria em risco áreas anteriormente isoladas.

Tramitação acelerada

Especialistas ouvidos pelo GLOBO destacam que o novo modelo de licenciamento, que prevê uma tramitação acelerada para projetos considerados “estratégicos” pelo governo, trará o afrouxamento de regras para empreendimentos na região que vão da exploração de petróleo na bacia amazônica até a agropecuária extensiva e a mineração. Com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), como seu principal fiador, a LAE foi estabelecida em uma Medida Provisória (MP) enviada pelo Executivo ao Congresso.

A versão original do texto, porém, não continha um novo dispositivo, incluído pelos parlamentares, que torna automaticamente prioritárias “obras de reconstrução e repavimentação de rodovias cujos trechos representem conexões estratégicas”. Defensores da retomada dos trabalhos na BR-319 destacam que ela é a única via terrestre que liga Manaus ao restante do país, e portanto, reduziria o isolamento da capital do Amazonas.

O texto também estabelece um prazo máximo de três meses para que seja concedida uma Licença de Instalação, necessária para que a pavimentação seja colocada em prática. Uma Licença Prévia para a obra na BR-319, expedida durante o último ano do governo Bolsonaro, foi suspensa novamente pela Justiça Federal em julho, após uma ação civil pública movida pela rede Observatório do Clima apontar ilegalidade no processo.

Em nota divulgada após a aprovação do texto, o Ministério do Meio Ambiente criticou a inclusão do dispositivo sobre a repavimentação de rodovias preexistentes na MP. O texto argumenta que isso traz “ritos sumários incompatíveis à adequada avaliação prévia, exigida pela legislação ambiental”, o que “enfraquece o licenciamento ambiental e gera mais insegurança jurídica”.